



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

SAISLANY SHEURY RAFAEL LÚCIO

**O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES SOCIAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES: UMA ANÁLISE DO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB**

SÃO BENTO-PB

2022

SAISLANY SHEURY RAFAEL LÚCIO

**O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES SOCIAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES: UMA ANÁLISE DO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a coordenação do departamento de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para conclusão do curso.

Orientador (a): Prof. Dr. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves

SÃO BENTO-PB

2022

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L937c Lúcio, Saislany Sheury Rafael.

O comportamento dos indicadores sociais para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes: [manuscrito] : uma análise do Município de São Bento-PB / Saislany Sheury Rafael Lúcio. - 2022.

19 p.

Digitado.

Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância , 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves , Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância."

1. Indicadores Sociais. 2. Primeira Infância. 3. Programa Criança Feliz. 4. Políticas públicas. I. Título

21. ed. CDD 320.6

SAISLANY SHEURY RAFAEL LÚCIO

**O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES SOCIAIS PARA O
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICAZES: UMA ANÁLISE DO
MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado a coordenação do departamento de pós-graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para conclusão do curso.

Aprovada em: 05/ 12 /2022.

BANCA EXAMINADORA

KARLA ROBERTA
CASTRO PINHEIRO
ALVES:02726502423

Assinado de forma digital por
KARLA ROBERTA CASTRO
PINHEIRO ALVES:02726502423
Dados: 2022.12.05 14:21:55 -03'00'

Profa. Dra. Karla Roberta Castro Pinheiro Alves (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

ASSINADO DIGITALMENTE
ELIEDNA DE SOUSA BARBOSA

A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



Dra. Eliedna de Sousa Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Assinado digitalmente por JOSE LUIS DE
SOUZA:02441053400
DN: cn=JOSE LUIS DE SOUZA:02441053400, c=BR, o=ICP-
Brasil, ou=RFB e-CPF A3, email=scamatriz@gmail.com
Data: 2022.12.05 13:52:27 -03'00'

Me. José Luís de Souza Leal.
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	7
	2.1 Indicadores Sociais	8
	2.2 Programa Criança	9
	2.3 Primeira Infância.....	10
3	METODOLOGIA.....	12
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	13
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
	REFERÊNCIAS	18

O COMPORTAMENTO DOS INDICADORES SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLITICAS PÚBLICAS EFICAZES: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO-PB

Saislany Sheury Rafael Lúcio ¹

RESUMO

O presente estudo foi desenvolvido com objetivo de analisar a importância dos indicadores sociais no processo de elaboração de políticas públicas voltadas para a primeira infância, como também buscou avaliar se a implementação do Programa Criança Feliz tem contribuído para o desenvolvimento da primeira infância na cidade de São Bento-PB. Quanto a metodologia, o estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de cunho quantitativo, realizada através de uma análise documental, na qual foi utilizado para coleta de dados os sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, e um questionário denominado “Roteiro para elaboração de diagnóstico”. Os dados foram coletados com ênfase no ano de 2016, no qual antecede a implementação do Programa Criança Feliz, como também nos anos posteriores que correspondem a 2017, 2018, 2019 e 2020. Mediante a análise dos dados, a pesquisa concluiu que após a implementação do Programa Criança Feliz houve uma redução significativa no indicador mortalidade infantil, um aumento no acompanhamento pré-natal, e um maior acesso a serviços públicos por parte dos usuários do referido programa.

Palavras-chave: Indicadores Sociais. Primeira Infância. Programa Criança Feliz.

ABSTRACT

The presente study was developed with the aim of analyzing the importance of social indicators in the process of elaborating public policies aimed at early childhood, as well as seeking to assess whether the implementation of the Happy Child Program has contributed to the development of early childhood in the city of São Bento-PB. As for the methodology, the study is a descriptive research, of a quantitative nature, carried out through a documental analysis, in which the websites of the Brazilian Institute of Geography and Statistics- IBGE, Maria Cecília Souto Vidigal, and a questionnaire called “Route for preparing a diagnosis”. Data were collected with emphasis on the year 2016, which precedes the implementation of the Criança Feliz Program, as well as on subsequent years corresponding to 2017, 2018, 2019 and 2020. Through data analysis, the research concluded that after the implementation of the Happy Child Program there was a significant reduction in the infant mortality indicator, an increase in prenatal care, and greater access to public services by the users of the program.

Keywords: Social Indicators. Early Childhood. Happy Child Program.

¹Bacharel em Psicologia pela Centro Universitário de Patos-UNIFIP (2018). Pós-graduanda em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual da Paraíba-UEPB (2022). saislanys@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A primeira infância é um estágio da vida marcado por transformações, sejam elas físicas, mentais ou cognitivas, podem ser compreendidas como “um processo multifacetado que tem início na gestação e se estende até a adolescência” (CRESPI; NORO; NÓBILE, 2020, p.125). Segundo Thampson e Nelson (2001), citado por Carvalho et al., (2015, p.309), “isso ocorre porque, mesmo após o nascimento, o cérebro encontra-se em intensa organização neurofisiológica propiciando um período de grande riqueza e potencialidade para o desenvolvimento”.

Nos anos iniciais a criança é totalmente dependente de cuidados, e necessita do total apoio dos pais para que tenha um desenvolvimento saudável. “Cabe aos pais prover necessidades básicas como afeto, alimentação, condições adequadas de higiene e saúde, segurança, além de promover ambiente estimulante para o desenvolvimento infantil” (CARVALHO et al., 2015, p.309).

Embora que cada criança apresente um ritmo no seu desenvolvimento, existem momentos específicos no qual o cérebro apresenta um maior amadurecimento, proporcionando uma maior aquisição de conhecimento mediante os estímulos apresentados (CRESPI; NORO; NÓBILE, 2020, p.126). Sendo assim torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a primeira infância, com finalidade de subsidiar um melhor desenvolvimento físico e cognitivo.

Segundo os estudos de Soares (2021, p.47), as políticas públicas podem ser compreendidas como um “conjunto de programas, ações e decisões que o governo toma com ou sem participação da sociedade visando garantia de direitos para a população”. Para que essas ações sejam eficazes, é necessário analisar os indicadores sociais, que servem como um norte para o desenvolvimento de ações estratégicas, com intuito de atingir os objetivos previamente traçados. Ao mesmo tempo que são “auxiliadores nas tomadas de decisões, fundamentando as argumentações mediante o fornecimento das informações dos processos” (SOLIGO, 2012, P.18).

Mediante a necessidade de um olhar mais sensível a primeira infância, surge o Programa Criança Feliz, com finalidade de acompanhar as gestantes e as crianças de 0 a 6 anos de idade, que estivessem em situação de pobreza, vulnerabilidade e risco social, com intuito de fortalecer os vínculos familiares e cooperar com desenvolvimento integral das crianças, desde da gestação até os seus primeiros anos de vida. O Programa Criança Feliz surgiu como uma estratégia de estar mais próximo as famílias, compreendendo suas vivencias e fazendo com que a assistência social esteja mais presente nos territórios.

Diante disto, Carvalho et al., (2015, p.311), afirma que os “investimentos voltados para crianças na primeira infância significam mais do que dar oportunidade para cada indivíduo atingir seu pleno potencial e romper com a pobreza intergeracional familiar, é, na verdade, investir no futuro econômico e social do país”. Sendo assim, além de cooperar para um melhor desenvolvimento na primeira infância, com a redução dos indicadores de pobreza, mortalidade infantil e vulnerabilidade social, o país cresce mais forte.

Mediante as considerações acima, a pesquisa propõe analisar a importância dos indicadores sociais no processo de elaboração de políticas públicas voltadas para a primeira infância. Como objetivos específicos buscou-se: apresentar a importância dos indicadores sociais na elaboração de programas sociais voltados para a primeira infância e descrever os benefícios do Programa Criança Feliz para o desenvolvimento infantil na cidade de São Bento-PB. Como questão norteadora foi posta a seguinte indagação: A implementação do Programa Criança Feliz tem contribuído para a o desenvolvimento da primeira infância na cidade de São Bento-PB?

2. FUNDEMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Indicadores sociais

Para Jannuzzi (2004, p.15), citado por Giroto et al. (2007, p.2), os indicadores sociais configuram-se como “um instrumento operacional para monitoramento da realidade social para fins de formulação e reformulação de políticas públicas”. Partindo desse pressuposto os indicadores tornam-se essenciais para identificação de demandas existente e elaboração de políticas públicas que suprirão as lacunas encontradas.

Após a descentralização administrativa e política, que correu a partir da constituição de 1988, houve uma crescente utilização dos indicadores sociais pelos municípios. Os mesmos passaram a ser essenciais no planejamento das ações a serem desenvolvidas, como também importantes instrumentos de execução de políticas públicas (SOLIGO, 2012, p.16). Contudo “no Brasil, o tema “indicadores sociais”, se configura em uma discussão recente, porém, torna-se cada vez mais evidente a sua importância para o processo de gestão” (GIROTO et al., 2007, p.2).

Deste modo “os indicadores sociais possibilitam informações importantes, que nos permite avaliar a onde vamos, onde estamos e de que forma seguir, em relação aos valores e alcance dos objetivos previamente identificados” (GIROTO et al., 2007, p.2). Como também “surgem como auxiliares nas tomadas de decisões, fundamentando as argumentações mediante o fornecimento das informações dos processos” (SOLIGO, 2012, P.16).

De acordo com Giroto et al. (2007, p.7):

O indicador social tem importante função exploratória no diagnóstico de situações concretas, na definição de metas prioritárias e no direcionamento das ações contínuas, na medida em que, com o uso constante de indicadores adequados, estes oferecem informações concretas para o conhecimento da realidade e orientam as ações, dando sustentação ao processo de gestão.

Pode-se afirmar que os indicadores sociais conseguem identificar através das condições de vida da população, como também possibilita um direcionamento estratégico de como mudar aquela realidade social (GIROTO et al., 2007, p.2). Contudo ao analisar um fenômeno social “é necessário considerá-lo na sua multiplicidade de aspectos, procurando suas várias dimensões analíticas” (SOLIGO, 2012, P.14).

Neste contexto, os indicadores sociais possuem um papel importante no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a primeira infância, sobretudo no controle, segundo Barros et al., (2010, p.7), da mortalidade infantil no país tem como principais causas a diarreia, a malária e as doenças respiratórias, nas quais são possíveis de serem evitadas, através de orientações sobre vacinação, amamentação, pós-parto e a procura por atendimento médico sempre que necessário.

Esses tipos de indicadores contribuem para uma redução no alto índice de mortalidade infantil se bem utilizado pelos gestores no desenvolvimento de programas sociais voltados para a primeira infância com foco informações e orientações de como prevenir tais acontecimentos.

Vale ressaltar que a “atenção à primeira infância no Brasil deve garantir inicialmente a sobrevivência das crianças” (BARROS et al., 2010, p.7). Através dos cuidados com o seu desenvolvimento físico e emocional, com ênfase na sua saúde, alimentação, bem-estar e bons vínculos familiares. É nesta perspectiva que surge o Programa Criança Feliz.

2.2 Programa criança feliz

O Programa Criança Feliz, foi lançado a partir do decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, com intuito de promover o desenvolvimento integral da criança, tendo como finalidade a aproximação familiar e a intersetorialidade (ZANGRANDO; PELLEGRINI, 2019, p.3). Desse modo o programa “surge como uma importante ferramenta para que famílias com crianças de até seis anos ofereçam a seus pequenos, ferramentas para promover seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 2022).

O Marco Legal da Primeira Infância (MLPI), sancionado através da Lei nº 13.257/2016, é considerado um documento pensado para aprimorar a proteção integral de políticas sociais para a criança, superando as segmentações de ações, e para contribuir para a eficácia dessas políticas voltadas para a

primeira infância, criando estratégias intersetoriais e contribuindo para a consolidação de áreas prioritárias na proteção do direito da criança.

O Programa tem por finalidade a realização da visita domiciliar e a intersetorialidade através da integração entre as políticas de assistência social, educação, saúde, cultura, lazer e esportes, como eixos norteadores da sua execução (SOARES, 2021, p.75). Como também visa implementar ações na esfera pública oferecendo apoio às famílias para o exercício das funções de proteção, cuidado e educação das crianças na primeira infância (ZANGRANDO; PELLEGRINI, 2019, p.3)

O Programa Criança Feliz tem por objetivo:

Promover o desenvolvimento infantil integral; apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento da criança; cuidar da criança em situação de vulnerabilidade até os seis anos de idade; fortalecer os vínculos afetivo e o papel das famílias no cuidado, na proteção e na educação das crianças; estimular o desenvolvimento de atividades lúdicas; e facilitar o acesso das famílias atendidas às políticas e serviços públicos de que necessitem (BRASIL, 2022).

Para atingir tais objetivos o Programa utiliza a metodologia CDC (Cuidado no Desenvolvimento da Criança), desenvolvido pela UNICEF no qual possibilita uma maior interação entre a criança e seu cuidador, familiar ou responsável (SOARES, 2021, p.82).

O público alvo do Programa são:

Gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC); e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção (BRASIL, 2022).

O método CDC é utilizado em “famílias de perfis diferentes, incluindo aquelas em situação de pobreza e extrema pobreza com crianças malnutridas, abaixo do peso, com deficiência e/ou em situação de risco” (SOARES, 2021, p.76).

O Programa Criança Feliz, tem possibilitado uma aproximação entre o público atendido e a assistência social do município. Mediante as visitas domiciliares, a visitadora tem exercido o dever protetivo das famílias acompanhadas, no que se refere a levar orientações sobre cuidados com a saúde, educação, lazer, abuso e exploração sexual na infância, como também a realização de denúncias e encaminhamentos ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS, Conselho Tutelar e Coordenadoria da Mulher, quando é percebido situações de violação de direito de qualquer membro que constitui a família acompanhada.

Desde sua implementação, a família acompanhada tem suas demandas encaminhadas para o Centro de Referência de Assistência Social-CRAS, com finalidade de acompanhamento das vulnerabilidades apresentadas. Desse modo, o mesmo tem sido uma ponte, entre a família de baixa renda e a assistências social, facilitado o acesso das mesmas aos benefícios das políticas do Sistema Único de Assistência Social-SUAS.

2.3 Primeira infância

A primeira infância pode ser considerada como um “período rico em desenvolvimento de potencialidades, mas ao mesmo tempo, é uma etapa vulnerável, que clama cuidados e investimentos” (CRESPI; NORO; NÓBILE, 2018, p.41). Ao compreender que a primeira infância corresponde de 0 a 6 anos, Kandel (2012), citado por Crespi (2020, p.19), afirma que as funções cerebrais superiores se desenvolvem com mais eficácia em determinados períodos da vida, sendo a primeira infância um momento sensível para a aprendizagem, porém para que a criança desenvolva suas habilidades cognitivas ela necessita de estímulos do meio, como também da interação com outros.

Desse modo pode-se afirmar que as crianças que vivem em ambiente saudável, na qual recebem estímulos positivos durante a primeira infância, tem uma maior probabilidade de desenvolverem melhor suas potencialidades quando se tornarem adultos (CRESPI, 2020, p.18). Sendo assim o ambiente onde a criança está inserida deve ser “um facilitador da aprendizagem e do desenvolvimento infantil, um espaço onde os bebês e as crianças possam testar suas habilidades e aprender a dominá-las para avançar para novos estágios de desenvolvimento, sem que haja riscos à sua saúde física e mental” (CRESPI; NORO; NÓBILE, 2018, p.124).

Segundo Carvalho et al., (2015, p.309) “os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano em todos seus domínios: motor, psicossocial e cognitivo”. Porém vale salientar, que embora o desenvolvimento humano siga um padrão cronológico, ele não ocorre de forma igualitária, cada indivíduo possuiu seu ritmo, no qual está diretamente relacionado a diversos fatores, entre eles estão a “herança genética, condições biológicas, estímulos sensoriais, experiências, meio, emoção, relacionamentos afetuosos com familiares, cuidadores e educadores, saúde física e mental, alimentação adequada, e sono” (CRESPI; NORO; NÓBILE, 2018, p.41).

Após compreender que a primeira infância é o período de maior aquisição de conhecimentos e de desenvolvimento de habilidades, foram criadas políticas públicas voltadas para esse público, com finalidade de desenvolver as potencialidades das crianças de forma a estimulá-las a se tornarem adultos melhores. Na atualidade “as crianças são vistas como sujeitos

de direito, sendo destinadas a elas políticas públicas específicas que visam promover, por exemplo, o acesso à saúde, à alimentação, à moradia, ao brincar e à educação” (CRESPI; NORO; NÓBILE, 2018, p.33).

Porém por muito tempo, a primeira infância não tinha seus direitos garantidos, nem políticas públicas voltadas para o seu desenvolvimento, somente após vários acontecimentos, foi se estruturando a política de proteção e direitos infantil. Um deles refere-se a citação de Crespi (2022, p.15):

Em 20 de novembro de 1989, a assembleia geral das Nações Unidas (ONU) adotou de forma unânime a Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC), um documento que preconiza os direitos fundamentais das crianças no mundo todo, desde direitos políticos, civis, econômicos aos culturais e sociais. O documento entrou em vigor em 2 de setembro de 1990, sendo ratificada por 196 Países, inclusive pelo Brasil no mesmo ano.

No ano seguinte foi decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República, através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, com intuito de garantir os direitos e a proteção integral da criança e do adolescente (CRESPI, 2020, p.16).

Com a finalidade de garantia de direitos das crianças:

Em 8 de março de 2016, foi sancionado pela Lei nº 13.275, o Marco Legal pela Primeira Infância, uma importante normativa que se destaca por estabelecer princípios e diretrizes voltados à formulação e à implementação de políticas públicas destinadas à Primeira Infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida e do desenvolvimento infantil e para a constituição do ser humano (CRESPI, 2020, p17.)

O Marco Legal emerge como uma legislação considerada de grande relevância nas lutas em favor da garantia dos direitos que são próprios das crianças entre zero e seis anos de idade, bem como seu reconhecimento enquanto cidadã de direito (SOARES, 2021, p.44).

Mediante a este acontecimento, surge o Programa Criança Feliz com finalidade de proporcionar o desenvolvimento integral da criança, desde da gestação até seus primeiros anos de vida, como também o fortalecimento de vínculos familiares. Esse desenvolvimento ocorre através de estímulos, que são realizados através de atividades e orientações desenvolvidas pelas visitadoras e orientadas pelas supervisoras, através do plano individual de cada criança e gestante, considerando que cada indivíduo tem seu próprio ritmo de desenvolvimento.

Cada atividade é pensada e adequada a faixa etária de cada criança, porém todas elas têm por objetivo estimular o desenvolvimento físico e cognitivo. Entre elas estão atividades de música e dança, orientações sobre os estímulos visuais, auditivos e corporais do bebê, o

conhecimento das partes do corpo, coordenação motora grossa e fina, cores, formas, números, atenção, e orientações sobre a gestação.

Sendo assim o mesmo apresenta-se como uma oportunidade de acompanhamento as famílias em situação de vulnerabilidade, possibilitando a troca de conhecimentos e de informações importantes sobre saúde e assistência social. Diante disto, torna-se imprescindível que na primeira infância as crianças recebam os estímulos necessários para que tenham um desenvolvimento saudável e eficaz.

3. METODOLOGIA

O estudo trata-se de uma pesquisa descritiva, de cunho quantitativo, realizada através de uma análise documental, na qual “têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2002, p.1). Quanto a análise documental, trata-se de um estudo que “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL, 2002, p.5).

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi utilizado os sites do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, com finalidade de coletar dados referentes aos indicadores mortalidade infantil, mortalidade infantil por causas evitáveis e pré-natal. No tocante ao indicador acesso a serviços públicos, foi utilizado um questionário denominado “roteiro para elaboração de diagnóstico”, desenvolvido pela coordenação da vigilância socioassistencial da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Humano e Social de São Bento-PB, para realização de diagnóstico das famílias atendidas pelo Programa Criança Feliz, do referido município.

A análise de dados foi realizada mediante uma comparação entre os anos anteriores e posteriores a implementação do programa, com intuito de analisar os impactos causados pelo mesmo. Os dados foram coletados mediante os anos disponíveis nos sites, com ênfase no ano de 2016, no qual antecede a implementação do referido programa, como também nos anos posteriores que correspondem a 2017, 2018, 2019 e 2020.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A cidade de São Bento-PB, fica localizada no Sertão Paraibano e conta com uma população de 34.650 pessoas, de acordo com a estimativa do IBGE 2022. O município aderiu ao Programa Criança Feliz no ano de 2017, com meta pactuada de 150 crianças, e logo após foi ampliada para 300 beneficiários. O referido programa é desenvolvido por uma equipe

constituída por 10 visitadoras e 2 supervisoras. Segundo estimativas, no ano de 2020 o município teria um total de 2.957 crianças na primeira infância, nas quais 10,14% são acompanhadas pelo Programa Criança Feliz (FUNDAÇÃO MARIA CECILIA SOUTO VIDIGAL).

Para atingir os objetivos inicialmente traçados, o presente estudo pretende analisar os índices apresentados pelos indicadores sociais, tais como mortalidade infantil, pré-natal e acesso a serviços públicos por parte das famílias acompanhadas pelo programa, através de uma comparação entre os anos anteriores a implementação do Programa Criança Feliz e anos após sua execução.

A taxa de mortalidade infantil que indica o número de óbitos para cada mil nascidos vivos, é um indicador segundo Garcia e Santana (2011), citado por Carvalho et al., (2015, p.307), voltado para a “sobrevivência e bem-estar da criança, assim como apontam as condições de saúde e vida das populações”.

Quanto aos resultados obtidos, em relação a taxa de mortalidade infantil, no ano de 2016 a cidade de São Bento pontuou 10,5/1000, no ano seguinte 2017 teve um aumento no qual indicou 12,08/1000, no ano de 2018 a taxa de mortalidade atinge 14,22/1000 demonstrando um alto índice, já no ano de 2019, houve uma redução da mesma na qual sinalizou 10,63/1000, no ano de 2020 pode-se perceber uma diminuição significativa na qual apontou 8,23/1000. Conforme descrito na Tabela 1.

Segundo Barros et al., (2010), citado por Carvalho et al., (2015, p.307), a redução da mortalidade infantil relacionada a criação de “políticas voltadas para a infância, como atenção pré-natal, incentivo ao aleitamento materno, divulgação da reidratação oral e intensificação dos programas de vacinação”.

Tabela 1. Distribuição dos dados referentes a Mortalidade Infantil da cidade de São Bento-PB.

Anos	Nascidos vivos (Nascimento)	Óbito menor que 1 ano (Óbitos)	Óbitos por mil nascidos vivos
2016	381	4	10,5
2017	414	5	12,08
2018	422	6	14,22
2019	469	5	10,66
2020	486	4	8,23

Fonte: IBGE- Censo 2010

Ao realizarmos uma comparação entre a cidade de São Bento e o estado da Paraíba, a taxa de mortalidade infantil no ano de 2016 era de 12,64/1000, no ano seguinte 2017 esse

percentual aumenta e chega a 13,29/1000, já no ano de 2018 houve uma diminuição significativa chegando a 11,68/1000, porém no ano de 2019 houve novamente um aumento chegando a 13,03/1000, já no ano de 2020 a taxa chega a 12,62/1000. Como pode ser observado na Tabela 2. Ao ser comparada a posição dos municípios do estado da Paraíba, São Bento ocupa a posição 134 de 223, de acordo com estimativa do IBGE do ano de 2020.

Tabela 2. Distribuição dos dados referentes a Mortalidade Infantil do estado da Paraíba.

Anos	Nascidos vivos (Nascimento)	Óbito menor que 1 ano (Óbitos)	Óbitos por mil nascidos vivos
2016	56.083	709	12,64
2017	57.493	764	13,29
2018	60.205	703	11,68
2019	57.701	752	13,03
2020	56.379	715	12,62

Fonte: IBGE- Censo 2010

No que se refere ao indicador mortalidade infantil por causas evitáveis, São Bento pontuou em 2016, 100%, já no ano de 2017 houve uma redução na qual sinalizou 80%, no ano seguinte 2018 esse percentual aumenta e chega a 83%, contudo no ano de 2019 ocorreu um a diminuição na qual indicou 80%. Desse modo é perceptível que entre os anos de 2016 a 2019 houve uma redução acentuada, nas mortes evitáveis no município de São Bento-PB. Conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3. Distribuição dos dados referentes a Mortalidade Infantil por Causas Evitáveis (até 1 ano) da cidade de São Bento-PB.

ANOS	%
2016	100,00
2017	80,00
2018	83,00
2019	80,00

Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - 2022

Mediante as considerações, podemos analisar o indicador mortalidade infantil por causas evitáveis até um ano de vida, nos quais os óbitos podem ser reduzidos mediante ações de imunização, ações de promoção a saúde, ações de diagnóstico e tratamento adequado, atenção na gestação, no parto e ao recém-nascido (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2022).

No tocante ao indicador pré-natal, a OMS aumenta o número de consultas que uma grávida deve ter com um profissional de saúde ao longo da sua gestação, de quatro para oito. Com isso aumenta as chances de detectar problemas, melhora a comunicação entre a gestante e os profissionais de saúde e amplia a possibilidade de resultados positivos na gestação (FIOCRUZ, 2013).

Tabela 4. Percentual de Gestantes com mais de sete consultas pré-natal.

ANOS	%
2016	80,85
2017	78,99
2018	86,73
2019	86,78

Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - 2022

Com relação ao indicador pré-natal, ano de 2016, São Bento contava com um total de 80,58% das gestantes com mais de sete consultas pré-natal realizadas, já no ano de 2017 esse índice reduz para 78,99%, no ano seguinte 2018 ocorre um aumento no qual pontou 86,73%, já no ano de 2019 indicou 86,78. Sendo assim, torna-se perceptível um aumento de consultas pré-natal realizadas pelas gestantes do município, na qual possibilita inúmeros benefícios, “melhora as condições de gestação, nascimento, puerpério e período neonatal saudável para a díade mãe-filho” (CARVALHO et al., 2015, p. 307).

A assistência social pode ser compreendida como uma “política pública no contexto da proteção social para atender as necessidades sociais da população e fazer enfrentamento as situações de pobreza de grupos, indivíduos e famílias” (MIRANDA, 2022, P.6). Desse modo quanto ao indicador acesso a Serviços Públicos, foram analisados a inclusão dos beneficiários do Programa Criança Feliz em demais programas da Política de Assistência Social.

A cidade de São Bento conta com um total de 8.775 famílias cadastradas no CadÚnico, referentes ao ano de 2022, segundo dados da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania-SENARC. O Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento usado para identificar a população de baixa renda, como para a inserção das mesmas em Programas Sociais do Governo Federal, tendo um papel importante na concretização do acesso a direitos fundamentais como, saúde, educação e habitação e alimentação (MIRANDA, 2022, P. 2-17).

O Bolsa Família é um programa de transferência de renda, na qual tem por finalidade beneficiar famílias que estejam em situação de pobreza e extrema pobreza, possibilitando uma redução das desigualdades sociais (OLIVEIRA, 2017. p. 58). O programa Auxílio Brasil surge como uma estratégia de minimizar os efeitos da crise econômica ocasionada pela covid-19, de

forma a beneficiar as famílias mais carentes. O mesmo veio substituir o antigo Bolsa Família, porém foram realizadas várias mudanças quanto aos critérios de inclusão dos beneficiários, desse modo houve um aumento do número de famílias aptas a receber, como também um acréscimo no valor a ser recebido (FIGUEIREDO, 2022, p.6).

Neste sentido, quanto ao acesso a Política de Assistência Social no tocante ao Auxílio Brasil, pode-se observar que das 310 famílias acompanhadas pelo Programa Criança Feliz no mês de novembro de 2022, um total de 295 são beneficiárias do programa de transferência de renda. Os programas de transferência de renda têm se mostrado como importantes para crianças economicamente desfavorecidas no Brasil. Eles possibilitam, em tese, maior acesso a alimentação e a bens materiais (CARVALHO et al., 2015, p. 310).

Desse modo pode-se perceber que mediante a implementação do Programa Criança Feliz, várias mudanças no cenário dos indicadores sociais aconteceram. Porém não se pode afirmar que tais mudanças correspondem inteiramente a implementação do programa, contudo o mesmo teve sua parcela de contribuição perante essas mudanças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo contribuiu para aquisição de conhecimentos sobre a importância do Programa Criança Feliz para a cidade de São Bento-PB, como também para subsidiar a realização de novas pesquisas voltadas para a importância de políticas públicas na primeira infância. Após a análise dos resultados pode-se perceber que os objetivos do estudo foram alcançados, sendo que ao avaliarmos os indicadores mortalidade infantil, mortalidade infantil por causas evitáveis, pré-natal e acesso a serviços públicos, é perceptível uma mudança significativa entre mesmo, nos quais foram analisados anos antes e depois da implementação do Programa Criança Feliz para a primeira infância. Porém faz-se necessário analisar uma quantidade maior de indicadores, para então afirmar qual parcela de contribuição para a diminuição de tais indicadores o programa contribuiu.

Contudo, ao verificarmos através dos resultados apresentados uma redução significativa nos óbitos de nascidos vivos, um maior número acompanhamento gestacional, como também um alto índice de acesso as políticas de assistência social por parte do usuários do Programa Criança Feliz, através do Auxílio Brasil, podemos afirmar a importância da sua implementação para a cidade de São Bento-PB, sendo que o mesmo possibilita uma aproximação entre as famílias carentes, permitindo o acesso a orientações relacionados ao desenvolvimento infantil,

ao fortalecimento de vínculos familiares, como também sobre serviços e benefícios que a família possa ter direito, porém não possui por falta de conhecimento.

Mediante o exposto, pode-se observar a importância dos indicadores sociais para o desenvolvimento de políticas públicas, que sejam capazes de suprir as lacunas encontradas, sejam elas no contexto da saúde, assistência social, educação, cultura, infraestrutura entre outros. Para isso é necessário que os gestores fiquem atentos a tais indicadores, não apenas como um quantitativo, mas sim como um sinal de que algo necessita ser feito para mudar tal realidade. Compreendendo que tais melhorias não irão trazer benefícios só no presente, mas irão causar impactos a longo prazo.

Após os resultados apresentados, podemos considerar necessário a realização de estudos posteriores, com finalidade de mensurar os impactos causados por políticas públicas no meio social, utilizando-se de uma quantidade maior de indicadores, nos quais esta pesquisa não contemplou.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. O que é o Programa Criança Feliz?, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz/o-que-e-pcf-2>. Acesso 20 novembro de 2022.

CARVALHO, Alysson Massote et al. Primeira infância e pobreza no Brasil: uma análise integrada a partir de indicadores em saúde, educação e desenvolvimento social. **Revista de políticas públicas**, v. 19, n. 1, p. 303-314, 2015.

CRESPI, Livia Regina Saiani. **Neurociências na formação docente continuada: valorizando o desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância**. 2020.

CRESPI, Livia; NORO, Deisi; NÓBILE, Márcia Finimundi. A primeira infância no Brasil: aspectos históricos e fundamentos transdisciplinares. **Pedagogia em Foco**, v. 13, n. 9, p. 37-51, 2018.

CRESPI, Livia; NORO, Deisi; NÓBILE, Márcia Finimundi. As potencialidades do brincar para o desenvolvimento das funções executivas na Primeira Infância. **Debates em Educação**, v. 12, n. 28, p. 158-177, 2020.

DE BARROS, Ricardo Paes et al. **Determinantes do desenvolvimento na primeira infância no Brasil**. Texto para discussão, 2010.

DE OLIVEIRA FARIAS, Ademilson Goulart; DE SIQUEIRA NUNES, Neuza Maria; BRASIL, Maria Margarete Salvate. BOLSA FAMÍLIA: UM PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA. **Múltiplos Acessos**, v. 2, n. 2, 2017.

DA SILVA, Joyce Milena Honorato; DE OLIVEIRA, Juliene Aglio. A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES SOCIAIS NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 10, n. 10, 2014.

GIROTO, Ana Paula Santana et al. Indicadores sociais: um imperativo no cotidiano dos assistentes sociais atuantes no processo de gestão. **ETIC-ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA-ISSN 21-76-8498**, v. 3, n. 3, 2007.

GIL, Antônio Carlos. Como classificar as pesquisas. **Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Senso demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/sao-bento/panorama>. Acesso em: 27 de novembro de 2022.

MIRANDA, Hingrid. **Cadastro único e os direitos socioassistenciais no contexto da política de assistência**. 2022.

MINISTERIO DA CIDADANIA. Sistema de registro mensal de atendimento (RMA). Vigilância socioassistencial (SNAS). Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/atendimento/auth/index.php>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

PRIMEIRA INFÂNCIA. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, 2007. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/sao-bento-pb/>. Acesso em: 28, novembro de 2022.

SOLIGO, Valdecir. Indicadores: conceito e complexidade do mensurar em estudos de fenômenos sociais. **Estudos em avaliação educacional**, v. 23, n. 52, p. 12-25, 2012.

SOARES, Maria de Lourdes de Azevedo et al. **O programa Criança Feliz na Paraíba: limites e possibilidades**. 2021.

SAUDEAMANHÃ. OMS divulga novas recomendações para grávidas, 2016. Disponível em: <https://saudeamanha.fiocruz.br/oms-divulga-novas-recomendacoes-para-gravidas/#.Y3Kc0ffMLIU>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

ZANGRANDO, Pedro Wandscheer; PELLEGRINI, Tatiana Parreira Lemos. A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO NA BUSCA ATIVA DE POTENCIAIS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais 2019**. 2019. em: 31/07/2022.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de. **Expansão do Programa Auxílio Brasil: uma reflexão preliminar**. 2022.